

Homero Batista Mateus da Silva

**Novos rumos na  
aplicação do  
processo civil ao  
processo do trabalho**

# Art. 769, CLT

Nos **casos** omissos,

o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com as normas deste Título.

## Art. 889, CLT

Aos trâmites e incidentes do **processo da execução** são aplicáveis, naquilo em que não contravierem ao presente Título, os preceitos que regem o processo dos executivos fiscais para a cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública Federal.

# Art. 14 – Anteprojeto

Na ausência de normas que regulem processos penais, eleitorais, administrativos ou **trabalhistas**, as disposições deste Código lhes serão aplicadas **supletivamente**.

# Art. 15 – Senado (PLS 166)

Na ausência de normas que regulem processos penais, eleitorais ou administrativos, as disposições deste Código lhes serão aplicadas supletivamente.

# Prof. Cassio Scarpinella Bueno

*Nota importante é que no texto aprovado no Senado nada se fala sobre a aplicação do CPC ao processo trabalhista o que, em rigor, tem caráter ab-rogatório do art. 769 da CLT.*

Bueno, C. S. **Projetos de novo Código de Processo Civil comparados e anotados.**  
São Paulo: Saraiva, 2014. p. 47.

# Art. 15 – Câmara (PL 8046)

Na ausência de normas que regulem processos eleitorais, **trabalhistas** ou administrativos, as disposições deste Código lhes serão aplicadas **supletiva e subsidiariamente**.

Texto aprovado em 26/03/2014. Retorno ao Senado em 27/03/2014.

# Emenda 144 ao SCD-PLS 166

*A prevalecer a redação prevista no artigo 15 do SCD, as normas do direito processual civil serão necessariamente aplicadas em todas as hipóteses de omissão da norma processual trabalhista, sem que seja aferido o requisito da compatibilidade do direito processual comum com o arcabouço principiológico e normativo que norteia o processo do trabalho.*

Senador Alvaro Dias, Emenda 144, 11/06/2014

[http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p\\_cod\\_mate=116731](http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=116731)

**Alterações moderadas**

1. Exercício do magistério como forma de impedimento do juiz.
2. Impedimento por atuação de parente do juiz no escritório de patrocinador da causa.
3. Aumento de prazo e alteração da ordem dos atos em processos complexos.

4. Intimações em nome da sociedade de advogados.

5. Tutela de evidência e tutela de urgência.

6. Expansão do pedido contraposto.

7. Universalização do *amicus curiae*.

8. Correção consensual do polo passivo.

9. Restrição da remessa necessária (1.000, 500 e 100 salários mínimos).

**Alterações capciosas**

1. Suspensão de prazo de 20/12 a 20/01.
2. Contagem de prazo só por dias úteis.
3. Carga rápida de duas a seis horas.
4. Prazo peremptório de 30 dias ao MPT.

5. Intervalo de 45min entre instruções.

6. Intervalo de 20min entre as conciliações.

7. Perguntas diretas das partes às  
testemunhas.

8. Inquirição secundária do juiz às  
testemunhas.

9. Distribuição dinâmica do ônus da prova.

10. Ação rescisória por prova nova.

11. Requisito da fundamentação exauriente.

## **Fundamentação exauriente (art. 476, PLS):**

Não se considera fundamentada a decisão, sentença ou acórdão que:

I – se limita a indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo;

II – empregue conceitos jurídicos indeterminados sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso;

III – invoque motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão;

IV – não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador.

**Alterações complexas**

1. Fim do prazo quádruplo para contestação dos entes públicos.
2. Coletivização das demandas repetitivas (art. 334, SCD).
3. Julgamento antecipado parcial do mérito (art. 363, SCD).
4. Incidente de desconconsideração da pj.

# Incidente de descon sideração de pj

1. Requer provocação da parte.
2. Defesa em 15 dias.
3. Julgamento por decisão interlocutória.
4. Inclui o conceito de grupo econômico.

# **Temas de execução**

1. Limitação de litisconsórcio multitudinário na fase de execução.
2. Precatório do valor incontroverso.
3. Detalhamento da competência para título executivo extrajudicial.
4. Detalhamento da fraude à execução.

5. Ônus da prova do terceiro de boa-fé.
6. Positivação da exceção de pré-executividade.
7. Impenhorabilidade salarial limitada a 50 salários-mínimos.
8. Bens móveis preferencialmente depositados em poder do exequente.

9. Alienação antecipada de automóveis.

10. Detalhamento da penhora *online*.

11. Eliminados os embargos à arrematação e à adjudicação: petição em 10 dias.

12. Prescrição intercorrente realçada.

13. Execução concursal: pagamento proporcional aos credores (art. 865, PLS).

14. Alargamento do polo passivo nos embargos de terceiro.

15. Ampliação da monitória (art. 715, SCD).

16. Negativação do nome do executado em cadastro de inadimplentes (art. 798, SCD).

17. Protesto extrajudicial (art. 531, SCD).

18. Prioridade da penhora em dinheiro e flexibilidade da ordem das penhoras.

19. Antes de declarar a fraude, abrir prazo de 15 dias para embargos de terceiro (art. 808, SCD).

20. Conceito mitigado de forma menos gravosa ao devedor.

Conceito mitigado de **forma menos gravosa** ao devedor  
(art. 821, § único, SCD):

*Ao executado que alegar maior gravosidade da medida executiva incumbe indicar outros meios mais eficazes e menos onerosos, sob pena de manutenção dos atos executivos já determinados.*

Enamat, 16 de setembro de 2014.

Homero Batista Mateus da Silva,  
Juiz titular da 88ª VT de S. Paulo.

**homero.silva@usp.br**